

## EDITORIAL

Apresentamos a edição de dezembro de 2022 (v. 17, n. 3) da Revista do Direito Público da Universidade Estadual de Londrina.

Inicialmente, destacamos que esse ano que agora se finda foi repleto de novos desafios para a equipe e todos os colaboradores de nossa revista, em função de uma profunda mudança ocorrida no sistema eletrônico das revistas e periódicos da Universidade Estadual de Londrina, que nos forçou a readequar todo o fluxo de trabalho. Toda mudança implica aprendizado e atenção, e todos os envolvidos nessa empreitada precisaram se readequar às novas regras e ditames estabelecidos, sempre zelando ao máximo pela função importante que a Revista do Direito Público tem exercido no meio acadêmico e da pesquisa científica.

Dito isto, passemos ao conteúdo da presente edição, a última do ano. É formada por textos elaborados por autores de nosso estado, o Paraná, e de todo o Brasil, com temas relacionados à mediação, acesso à justiça, Direito Ambiental, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Filosofia do Direito, inovações tecnológicas, dentre outras temáticas.

No campo das inovações tecnológicas e suas implicações no mundo jurídico, temos o artigo “*A Internet e a Disseminação de Falácias: Uma Perspectiva Jurídica das Fake News*”, que busca discutir como a disseminação de notícias falsas tem como consequência ataques injustos e incitações caluniosas com efeitos devastadores e heterogêneos no campo da política, da economia e da vida pessoal de pessoas comuns e autoridades

Explorando a temática do Direito Administrativo, o texto “*Recurso Extraordinário 852.475 e a Pretensão de Ressarcimento ao Erário por Ato de Improbidade Administrativa*”, dedica-se à análise crítica das disparidades no julgamento do Recurso Extraordinário n. 852.475 pelo Supremo Tribunal Federal, concluindo-se que a tese da imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário com base animus do agente improbo não guarda correspondência com o contexto do caso concreto que lhe deu origem.

Ainda no ramo do Direito Administrativo, o artigo “*Contratos de Concessão de Transporte Coletivo Rodoviário na Pandemia: Consensualidade na Manutenção do Equilíbrio Econômico Financeiro*” tenciona analisar os métodos adequados de solução de conflitos para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de transporte coletivo, atentando-se para a possibilidade da opção da consensualidade pela Administração Pública como forma de resolver seus litígios.

Enriquecendo novamente o estudo do Direito Administrativo, temos o trabalho “*Os Municípios e o Novo Coronavírus: Releitura do Poder de Polícia Municipal e do Desenho Federativo*”, que tem como problema a ser enfrentado a questão da limitação institucional que a Administração Pública municipal sofreu, e ainda vem sofrendo, frente à pandemia do coronavírus.

Em uma senda interdisciplinar, que alinha o Direito Tributário com a questão da sustentabilidade, o artigo “*A tributação Extrafiscal como Instrumento de Promoção do Consumo Sustentável e Consciente*” busca demonstrar que a tributação extrafiscal pode funcionar como um importante instrumento para se promover o consumo sustentável e consciente, quando a educação e a conscientização dos consumidores não se mostrarem suficientes.

No debate dos direitos fundamentais e do Direito Constitucional, temos o trabalho “*Políticas Públicas e a Efetivação do Direito Fundamental à Água*”, que se

destina a analisar a maneira pela qual o direito humano ao acesso à água potável e ao esgotamento sanitário se encontra intrinsecamente relacionado às políticas públicas, enquanto instrumentos efetivadores de direitos fundamentais, precipuamente, os de viés prestacional, que exigem uma atuação positiva do Estado, criando as condições materiais necessárias ao exercício de tais direitos.

No que concerne ao estudo do acesso à Justiça e meios alternativos de resolução de conflitos, apresentamos o artigo *“Histórico dos Métodos Autocompositivos no Direito Brasileiro”*, que discute a origem dos métodos autocompositivos no direito brasileiro e suas implicações no processo civil.

Continuando na área do acesso à Justiça, temos o artigo *“O Distanciamento entre o Judiciário e a Sociedade: A Necessidade de uma Revolução Democrática de Acesso à Justiça”*, que se dedica a analisar a necessidade de uma Revolução com viés democrática no acesso do cidadão à Justiça Brasileira.

Seguindo, novamente em âmbito interdisciplinar entre Hermenêutica Jurídica e o Direito Constitucional, o texto *“O Estado de Direito Democrático e Paradigma da Jurisdição Constitucional: o Debate Sobre a Legitimidade Democrática do Tribunal Constitucional”* versa sobre a legitimidade democrática da instituição de um Tribunal Constitucional para a interpretação e defesa da Constituição, em especial dos direitos fundamentais, por meio do controle de constitucionalidade.

De outra banda, também na área da Hermenêutica, junto à Filosofia do Direito, apresentamos o trabalho *“O Embate entre a Linguagem Dogmática e a Zetética como Superação do Paradigma Positivista”*, que objetiva solucionar o questionamento acerca da inserção dos princípios no bojo das teorias da norma jurídica, como um mecanismo de aprimoramento e superação do paradigma positivista.

Na senda do Direito Penal, dialogando com o Direito Constitucional, trazemos à baila o artigo *“Funcionalismo de Roxin na Execução Penal: A Relevância do Princípio da Culpabilidade na Progressão de Regimes Diante do Estado de Coisas Inconstitucional”*, que se destina a apresentar as diretrizes gerais que regem o funcionalismo penal proposto pelo jurista Claus Roxin, estabelecendo ainda conexões entre a teoria funcionalista e o princípio da culpabilidade no âmbito da execução penal, especialmente para os fins de progressão de regime no cumprimento de pena privativa de liberdade diante do reconhecido Estado de Coisas Inconstitucional existente no âmbito prisional brasileiro.

Por fim, na temática do Direito Ambiental, destacamos o trabalho *“A Interdependência entre as Esferas de Responsabilização: convergência entre as esferas de responsabilização da Samarco pelo rompimento da Barragem de Fundão”*, que buscou analisar a possibilidade de convergência entre as esferas cível, criminal e administrativa para responsabilização da empresa Samarco Mineração S/A pelo rompimento da Barragem de Fundão, em 05 de novembro de 2015.

Nesta edição a revista conta também com duas resenhas, que se debruçam sobre os livros *“Doutrina penal nazista: a dogmática penal alemã entre 1933 a 1945”*, de Eugênio Raul Zaffaroni, e *“Renúncia à nacionalidade brasileira: direito fundamental à apatridia voluntária”*, do autor Paulo Cesar Villela Souto Lopes Rodrigues.

Esperamos que apreciem a leitura do nosso último volume deste ano, e que as pesquisas divulgadas ajudem a fomentar e promover o debate acadêmico por parte de todos.

Prof. Dr. Luiz Fernando Bellinetti  
Dezembro de 2022.